

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Campus Santo Antônio de Pádua

MINUTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA IFFLUMINENSE

e-mail para receber contribuições ao PPP:

revisaoppp.padua@iff.edu.br

Prazo para o envio das propostas: 18 de julho a 05 de agosto de 2016.

**Santo Antônio de Pádua/ RJ
2016**

REITOR

Jefferson Manhães de Azevedo

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Christiane Menezes Rodrigues

DIRETOR-GERAL DO IFFLUMINENSE – CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Arthur Rezende da Silva

DIRETOR DE ENSINO

Bruno de Castro Jardim

DIRETOR DE POLÍTICAS ESTUDANTIS

Theo Goulart Bravo Santos Pinheiro

DIRETORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Lívia Brasil Viana Matta

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Cerutti Aguiar

COMISSÃO DE REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Portaria nº 311 de 05/04/2016

Arthur Rezende da Silva
Bruno de Castro Jardim
Simone Augusto Silva
Ronaldo de Paula Bastos Filho
Frederico Santiago Lima
Rafaela Moraes Cruz
Lívia Brasil Matta
Maria Eduarda Vieira
Maria Clara Vieira Câmara
Daniel de Oliveira Netto
Rosimar Amélia de Paula Silva

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	6
3 PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.....	8
4 PERFIL INSTITUCIONAL DO <i>CAMPUS</i>	11
5 DADOS DO MUNICÍPIO.....	12
6 DAS FINALIDADES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE <i>CAMPUS</i> SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.....	14
7 MISSÃO.....	16
8 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	16
9 O TEMPO ESCOLAR.....	18
9.1 Escola Integral.....	19
10.1 Distribuição de carga horária em atividades.....	22
10.2 Ensino interdisciplinar e por áreas de conhecimentos.....	22
10.3 O Pensar Coletivo.....	24
11 ATENDIMENTO DOCENTE.....	25
12 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	25
13 ATIVIDADES DE PROJETO.....	27
14 PROJETO MÚLTIPLOS SABERES.....	29
14.1 Metodologia do Projeto.....	31
15 PESQUISA.....	31
16 EXTENSÃO.....	33
16.1 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas.....	35
17 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	37
17.1 Instrumentos avaliativos e suas aplicações.....	38
17.2 Registro da Avaliação da Aprendizagem.....	40
17.3 Recuperação da Aprendizagem.....	42
18 ASSISTÊNCIA AOS ALUNOS DO <i>CAMPUS</i> SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.....	43
19 ESPAÇO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA.....	44
20 TRANSFERÊNCIA INTERNA DE EIXO TECNOLÓGICO.....	46
21 INFRAESTRUTURA.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da abrangência regional do Instituto Federal Fluminense.....	09
Figura 02: Oportunidades de verticalização no IFFluminense.....	10
Figura 03: População por distrito.....	12
Figura 04: Trabalho, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Produto Interno Bruto (valor adicionado).....	13
Tabela 02: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED - Jan a Dez de 2012.....	13
Tabela 03: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – Rede Municipal local – 2005 a 2011.....	14
Tabela 04: Matriz dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular.....	20
Tabela 05: Matriz dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade PROEJA.....	21
Tabela 06: Áreas do conhecimento.....	23

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do *campus* Santo Antônio de Pádua traduz um sentimento de desbravamento dos novos e primeiros Servidores e Estudantes do *campus* Santo Antônio de Pádua, em implantação. Esta versão revista e ampliada reflete inúmeras discussões realizadas e fundamentadas nas experiências vividas neste um ano de *campus*, em que contamos com a participação e colaboração de novos servidores desta casa.

Este documento é resultado do trabalho coletivo de gestores, professores, técnicos administrativos, estudantes e pais/responsáveis pelos alunos que imbuídos pelo desejo de colaborar com a construção de uma educação profissional e tecnológica politécnica, pública e de qualidade, propuseram-se a debater um modelo de ensino que representasse os anseios da sociedade no que se refere a uma educação libertadora, o que possibilitaria uma transformação da realidade local e regional. É desejo da comunidade escolar que este projeto pedagógico colabore para as discussões de um novo Ensino Médio, pois este é o ciclo mais problemático da educação brasileira, segundo os mais diversos estudos sobre o tema.

É compromisso da comunidade acadêmica deste *campus* não fazer deste projeto um documento para ser engavetado, visto que representa a intencionalidade desta instituição com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, valorizando a identidade local e regional. Portanto, um projeto deve traduzir o sentimento de rupturas:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579)

A reestruturação deste projeto político pedagógico representa a caminhada pela efetivação de uma aprendizagem com sentido, visto que nenhum projeto deve ser estático, mas sim dinâmico e reflexivo. Assim, mediante as demandas pedagógicas este projeto poderá ser modificado, sempre na busca pelo aprimoramento da prática de ensino.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dentre as políticas implantadas com vistas ao desenvolvimento do país com diminuição das desigualdades e qualidade de vida sustentável, no campo da Educação, a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia¹ (IF), vêm avançando em seu programa de expansão, com o objetivo de promover “a ampliação da oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, de modo a garantir a formação e a educação de cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica”. A fase III do processo de expansão da Rede Federal de EPT, teve como meta totalizar, em 2014, o número de 562 *campi* com abrangência em 512 municípios. Das instituições previstas, todas estão em funcionamento, ampliando as oportunidades de acesso da classe trabalhadora à formação profissional cidadã na perspectiva da atuação profissional qualificada que impulse o crescimento do país.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes em todos os estados brasileiros, visam responder de forma eficiente às demandas crescentes por formação profissional por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e constituem novo modelo de instituição, que amplia sua abrangência a diversos setores econômicos com oferta de educação profissional e tecnológica para todos os níveis e modalidades de ensino. Do nível básico ao superior, oportuniza formação inicial e continuada em nível de qualificação básica e cursos técnicos de nível médio; cursos superiores em tecnologia; bacharelado em áreas de demanda dos territórios, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional em setores estratégicos do desenvolvimento.

Além da oferta de educação profissional, os Institutos Federais assumem, também, a prerrogativa de ampliar possibilidades de formar professores para a educação profissional e para áreas carentes do conhecimento na educação básica, sobretudo a área de Ciências, contribuindo de forma sistemática para a qualidade da educação no país. A pós-graduação, a pesquisa científica, a inovação e a extensão assumidas pelos IF, impulsionam o desenvolvimento local, regional e nacional e ampliam a qualidade de vida.

Sua proposta educativa integra as dimensões: humanística, científica e tecnológica promovendo o desenvolvimento humano, econômico e tecnológico do território de abrangência, por meio das ações de extensão e pesquisa integradas ao ensino. A pesquisa nessa nova

¹Criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

institucionalidade exerce papel importante no desenvolvimento do conhecimento e das pessoas por meio, por exemplo, de sua função de buscar soluções técnicas e tecnológicas para problemas concretos da comunidade. A extensão, com sua função de “escuta” dos anseios, necessidades e possibilidades, promove o diálogo entre a instituição e a sociedade. Portanto, nos IFs, a integração do ensino, pesquisa e extensão, que abarca ciência, tecnologia, trabalho e cultura são definidores no traçado das ações interventivas para a transformação da realidade local na busca do desenvolvimento sustentável.

Por meio da portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, o Ministério da Educação estabeleceu parâmetros e normas para orientar as estratégias de expansão dos Institutos Federais. Uma dessas ações é o estabelecimento de Centros de Referência vinculados à Reitoria para o desenvolvimento de planos, programas e projetos da educação profissional e tecnológica. Dessa maneira, os institutos têm a oportunidade de se inserir em regiões onde ainda não há presença de uma unidade federal voltada para a educação profissional e tecnológica.

3 PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

O IFFluminense é um dos trinta e oito institutos criados por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, pelo Governo Federal, como fruto de política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. A Rede em expansão tem origens históricas que datam da criação das Escolas de “Aprendizes Artífices”, em 23 de setembro de 1909. Ao longo de mais de um século de história, diversas foram suas transformações – de *Escola de Aprendizes e Artífices* para *Escola Técnica Industrial* (1945); de *Escola Técnica Industrial* para *Escola Técnica Federal* (1959); de *Escola Técnica Federal* para *Centro Federal de Educação Tecnológica* (1999); e de *Centro Federal de Educação Tecnológica* para *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia* (2008). Essas transformações, gradualmente, redimensionaram a filosofia, os objetivos, o perfil e a própria organização e escopo de atuação institucional.

No traçado de sua atual institucionalidade, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e cumprindo sua missão, o IFFluminense pretende ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia.

As ações do IFFluminense se desenvolvem com o objetivo de: promover processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas

sociais e peculiaridades regionais; oportunizar formação permanente à classe trabalhadora, tanto no sentido da verticalidade como por meio da oferta de novas habilitações, atualizações e aperfeiçoamentos permitindo diferentes traçados de itinerários formativos, inclusive de cursos em EaD; otimizar infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão necessários ao desenvolvimento das ações educativas; qualificar-se como Centro de Referência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, atuando, inclusive na formação continuada dos trabalhadores da educação e demais trabalhadores de diferentes áreas de sua abrangência por meio de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente; fomentar produção e desenvolvimento de tecnologias educacionais. Tudo isso, observando princípios que favoreçam a formação para a autonomia e emancipação por meio de ações que considerem a equidade e a construção da cidadania plena.

Atualmente, integram o IFFluminense, os seguintes *campi*: (i) na mesorregião do Norte Fluminense, os *campi* Campos-Centro, Campos-Guarus e, ainda o Centro de Referência em Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais com sedes no município de Campos dos Goytacazes; o *campus* avançado de São João da Barra e a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental de Rio Paraíba do Sul, em São João da Barra; o *campus* Macaé; o *campus* Quissamã; (ii) na mesorregião do Noroeste Fluminense, os *campi* Santo Antônio de Pádua, que conta com uma Unidade de Formação Profissional com sede no município de Cordeiro - RJ; Bom Jesus do Itabapoana que conta com um *campus* avançado em Cambuci e o *campus* Itaperuna, que também conta com dois pólos de Educação a Distância: um na própria cidade, e outro localizado em Miracema; (iii) na mesorregião da Baixada Litorânea, o *campus* Cabo Frio (região dos lagos); e, por fim, (iv) na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, em fase de implantação, o *campus* Itaboraí e o *campus* Maricá.



Figura 1: Mapa da abrangência regional do Instituto Federal Fluminense
 Fonte: www.iff.edu.br

Esse desenho aponta para a dimensão do trabalho institucional e sua abrangência, se fazendo presente em quase todas as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro, contribuindo diretamente no desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação institucional.

Os cursos do IFFluminense, em suas diversas modalidades, estão agrupados em eixos tecnológicos conforme suas características científicas e tecnológicas e concorrem para a mudança da realidade do Norte e Noroeste Fluminense, das Baixadas Litorâneas e da mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro. Muitos estudantes residentes nas regiões de abrangência do IFFluminense têm oportunidade de dar continuidade aos estudos por meio de cursos que vão desde o nível médio profissionalizante até a pós-graduação.

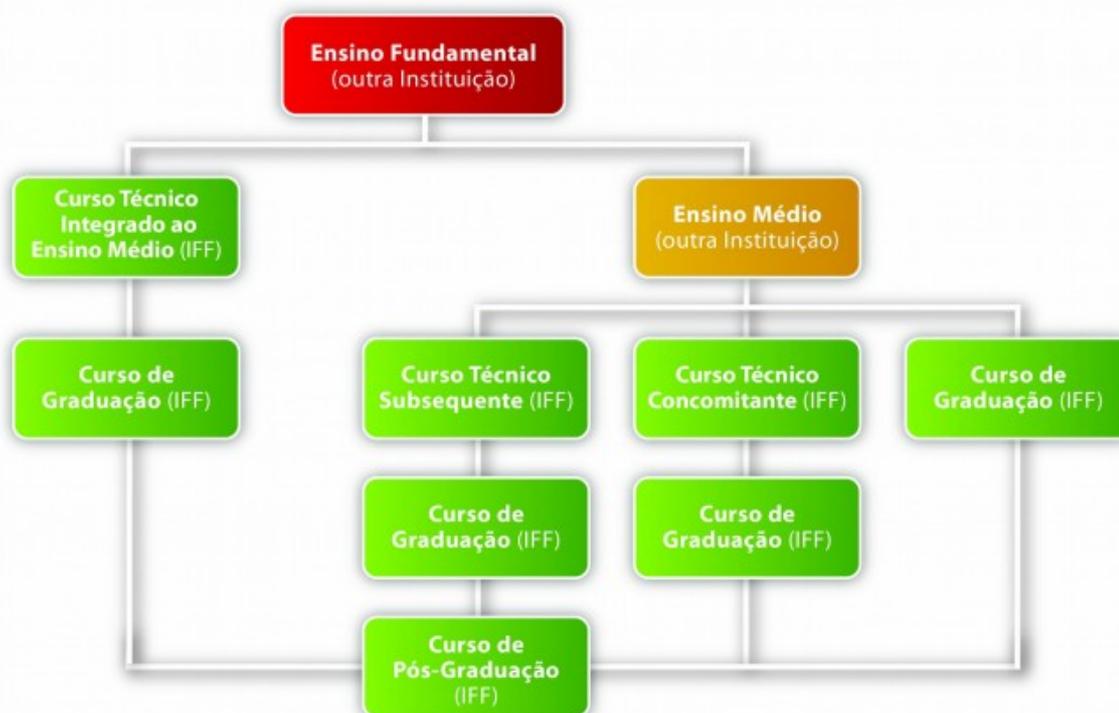


Figura 02: Oportunidades de verticalização no IFFluminense
 Fonte: Deliberação nº 09/2015 - IFFluminense

Importante ressaltar que as ofertas consideram as diversidades e especificidades dos estudantes jovens e adultos trabalhadores bem como as necessidades educativas das pessoas com deficiências.

O *campus* Santo Antônio de Pádua do IFFluminense foi criado na etapa III da expansão. Os objetivos pré-estabelecidos pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) na escolha dos

municípios contemplados, nessa fase III foi:

De acordo com o relatório de gestão SETEC/2010 a III fase tem o objetivo de ampliar a presença dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todas as partes do território nacional. O intuito é possibilitar que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com, pelo menos, um campus do Instituto Federal, atendendo de forma qualitativa as principais demandas relacionadas a formação profissional além de intensificar a interiorização da oferta de ensino superior público.

A criação deste *campus* veio concretizar o projeto maior de desenvolvimento, contribuindo para a democratização da oferta da educação profissional e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região noroeste fluminense.

4 PERFIL INSTITUCIONAL DO *CAMPUS*

O IFFluminense cumprindo seu papel de contribuir para o desenvolvimento do território onde se insere e, considerando-o na perspectiva que supera a noção restrita do geográfico para concebê-lo como espaço dinâmico, instala-se no município de Santo Antônio de Pádua/RJ, consolidando na região Noroeste Fluminense (NOF) seu espaço de atuação.

A história do NOF se confunde com a do Norte Fluminense (NF), pois dele se originou em 1987. Por muitos anos, o NOF foi polarizado pelo NF, visto que ambas as regiões formavam uma só até o último quartel do século XX.

Essa polarização foi devido à economia açucareira, grande fonte de riqueza na região desde o século XIX e à economia do petróleo, já no final do século XX e início do XXI, (COSTA, 2012). As discussões relativas à Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, cuja característica marcante foi uma forte desconcentração administrativa/orçamentária em prol dos entes federativos, contribuiu com o movimento separatista.

Sendo assim, tal movimento ganhou força e, finalmente, em 1987, no governo Moreira Franco, houve a separação e o NOF se constituiu enquanto nova mesorregião, o que não significou o fim de sua falta de dinamicidade econômica.

O NF/NOF, com a sua tradição agropecuária e agroindustrial monocultora, legou uma mão de obra de baixa qualificação e uma ausência de diversificação produtiva, de um setor industrial dinâmico e de um empresariado voltado para a absorção de tecnologia e para a inovação, o que provoca a ausência de uma base capitalista para a sua integração e para a captura, ainda que parcial, dos benefícios de grandes investimentos de elevado grau de tecnologia. (CRUZ, 2009, p.10)

A expansão dos Institutos Federais contemplou a região do NOF de forma bem significativa, visto que tal região atualmente conta com outros três *campi*, além do *campus* Santo Antônio de Pádua, a saber: Itaperuna, Bom Jesus e *campus* Avançado de Cambuci.

Todo esse investimento em EPT pública visa contribuir para o desenvolvimento qualitativo da região NOF, pois à medida que tal região for contemplada com um maior número de profissionais qualificados, se tornará mais atrativa a investimentos públicos e privados.

E assim, a presença dessas instituições federais de EPT, tanto em Santo Antônio de Pádua, quanto nas demais cidades no NOF, poderá promover desenvolvimento enquanto direito do cidadão, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos” (CASTIONI 2012, p.47 *apud* SEN 2000, p.18)

5 DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Santo Antônio de Pádua, segundo dados do IBGE, em 2010, tinha uma população de 40.589 habitantes, correspondente a 12,8% do contingente da Região NOF (TCE, 2013, p.8). Ressalta-se que a densidade demográfica do referido município era de 67,2 habitantes por km², contra 59 habitantes por km² de sua região e sua taxa de urbanização correspondia 76% da população. Conforme o Censo, 2010, distribui-se da seguinte maneira o quantitativo populacional no território do município de Santo Antônio de Pádua:

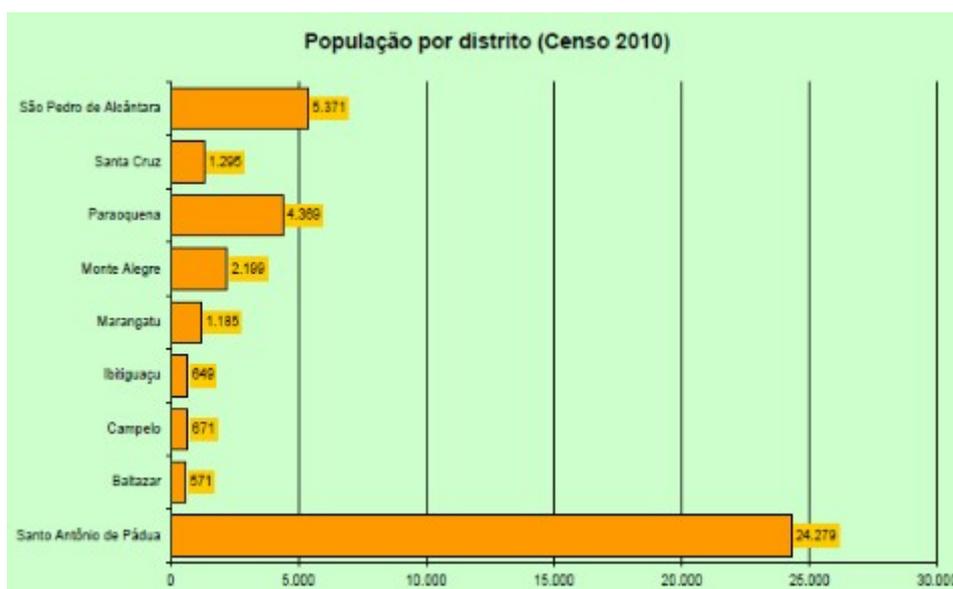


Figura 03: População por distrito
Fonte: TCE, 2013, p. 9

É válido destacar que o município de Santo Antônio de Pádua tem uma área total de 603,4 quilômetros quadrados, o que corresponde a 11,2% da área da região NOF. (TCE, 2013, p.2). No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), o município de Santo Antônio de Pádua, em 2011, segundo dados do TCE (2013, p.73), alcançou 584.727 mil reais e o PIB *per capita* foi de 14.354,41 reais.

Para depreender mais efetivamente o PIB de Santo Antônio de Pádua, segue tabela do valor adicionado do PIB da referida cidade, comparando-a com o do Estado do Rio de Janeiro e com o do Brasil.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (valor adicionado)

Variável	Santo Antônio de Pádua	Rio de Janeiro	Brasil
Agropecuária	20.504	1.072.848	105.163.000
Indústria	80.641	62.966.386	539.315.998
Serviços	435.022	144.387.422	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao analisar a tabela 01, constata-se que a área de serviços é a que concentra maior valor adicionado do PIB paduano, o que é um válido indicador para tomadas de decisões em relação aos cursos técnicos e de qualificação profissional do referido *campus*.

Para compreender a evolução do mercado de trabalho em Santo Antônio de Pádua, tem-se a tabela a seguir com dados do CAGED. É válido elucidar que em tal tabela compararam-se os dados do referido município com o da microrregião, que engloba os municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua.

Tabela 2: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED - Jan a Dez de 2012

Movimentação	Município	Microrregião
	Qt	Qt
Admissões	3.137	5.877
Desligamentos	3.692	6.296
Varição Absoluta	-555	-419
Número de empregos formais (1º jan 2013)	6.612	14.177
Total de Estabelecimentos (1º jan 2013)	1.956	5.043

Fonte: TCE, 2013, p. 56

Ao analisar a tabela, compreende-se a importância do município de Santo Antônio de Pádua no que se refere à movimentação dos trabalhadores da microrregião na qual se situa. Para fins de exemplificação, o referido município foi o responsável por 46,6% (6,612) dos números de empregos formais da microrregião.

No tocante à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Santo Antônio de Pádua, tanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto nos anos finais, ultrapassou as metas propostas pelo MEC, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 3: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental -rede municipal local - 2005 a 2011

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	IDEB 2011	Ranking 2011	Meta IDEB 2011	Atingiu meta de 2011?
Anos Iniciais	4,6	10º entre 88 avaliados	5,0	5º entre 91 avaliados	5,0	13º entre 91 avaliados	5,9	1º entre 91 avaliados	5,4	Sim
Anos Finais	4,1	9º entre 73 avaliados	4,4	3º entre 83 avaliados	4,9	1º entre 80 avaliados	5,1	3º entre 77 avaliados	4,5	Sim

Fonte: TCE, 2013, p. 31

Esses dados referentes ao IDEB são animadores para o IFFluminense, *campus* Santo Antônio de Pádua, visto que tal instituição poderá contribuir para a manutenção e superação deles por meio da oferta de vagas no ensino técnico integrado ao ensino médio, ou seja, o prosseguimento dos estudos desses alunos do Ensino Fundamental, na perspectiva da formação profissional.

Ao encontro desses dados positivos no IDEB, tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Santo Antônio de Pádua: 0,718 em 2010. O município, por meio desse índice, situa-se na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

É importante frisar que tanto entre o período de 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010, a dimen-

são que mais cresceu em termos absolutos foi educação. No primeiro período com crescimento de 0,180, enquanto que no segundo período foi de 0,191, seguida por renda e por longevidade. (TCE, 2013, p.95).

Segundo os dados do IBGE no Censo de 2010, o total de pessoas alfabetizadas era de 34.660, do total de 40.589 habitantes. Tais dados vão ao encontro do índice do IDHM.

6 DAS FINALIDADES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE *CAMPUS* SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

O IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua nasce, voltado para o mundo do trabalho, com a responsabilidade de atuar em favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde está instalado. Para tanto, o *campus* Santo Antônio de Pádua do IFFluminense tem, em suas estruturas, uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica baseada no princípio filosófico da politecnia, por ver este princípio, como potencializador do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade opondo-se a concepção que toma a educação técnica apenas como modalidade instrumentalizadora do ser humano.

Assim, podemos dizer que a implantação do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua, guarda um estrito vínculo com o objetivo de desenvolver uma educação profissional cidadã, comprometida com a construção de um país mais digno e ético, uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais.

Dessa forma, entendemos que o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção da cidadania e transformação social. Enfatizamos, assim, o compromisso político e social de uma educação para liberdade do ser humano e para a emancipação do trabalhador nas suas relações com o mundo do trabalho.

Baseada na Regulamentação Didática Pedagógica do IFFluminense e no artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nossas finalidades norteadoras são:

- Ter o trabalho como princípio educativo;
- Promover a indissociabilidade entre o trabalho intelectual e manual;
- Efetivar integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão durante o ensino médio, entendendo essa tríade como de fundamental importância na formação do indivíduo;
- Buscar a integração das disciplinas, técnicas e propedêuticas, entendendo, dessa forma, o conhecimento como não fragmentado, mas múltiplo, polissêmico e dinâmico;
- Humanizar o profissional formado por nossa escola, estimulando sempre sua visão crítica e sua capacidade de resolver problemas e criar soluções criativas e inovadoras;
- Construir com o educando os elementos políticos e filosóficos para a sua emancipação enquanto trabalhador e cidadão;
- Estimular entre os discentes a vivência de princípios fundamentais para a construção de uma efetiva sociedade igualitária, como justiça, igualdade, liberdade e solidariedade;
- Criar na comunidade escolar, juntamente com a sociedade civil, uma gestão verdadeiramente democrática com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- Prezar pela natureza pública, gratuita e laica do *campus*;
- Estimular a formação omnilateral de nossos alunos, observando suas multiplicidades físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas;
- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos do discente.
- Preparar o educando para o trabalho e para a cidadania, de modo que ele seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de vida e aperfeiçoamento posteriores.
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada componente curricular.

7 MISSÃO

Promover avanços na pesquisa, no ensino e na extensão, formando profissionais

competentes e habilitados ao pleno desempenho de suas funções, instituindo seus princípios norteadores na concepção da educação pelo trabalho, em que os profissionais são inseridos na realidade brasileira e formados para colocar a ciência e a técnica a serviço da sociedade.

8 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O *campus* Santo Antônio de Pádua adota a Gestão Democrática como um dos instrumentos de transformação da realidade da escola, pois nas decisões que envolvem a comunidade escolar é preciso haver a contribuição das diversas experiências pertinentes ao campo educacional. Alonso (1998, p.11) destaca a importância de:

repensar a escola como um espaço democrático de troca e produção de conhecimento que é o grande desafio que os profissionais da educação, especificamente o Gestor Escolar, deverão enfrentar neste novo contexto educacional, pois o Gestor Escolar é o maior articulador deste processo e possui um papel fundamental na organização do processo de democratização escolar.

Podemos registrar também a mobilização para instituir o Conselho de *Campus*, composta por pais, alunos, servidores da instituição e representante da sociedade, e a motivação para instituir o Grêmio Estudantil, como os primeiros passos para a afirmação da autonomia e gestão democrática do *campus* Pádua.

Outro ponto também muito importante é a participação da comunidade escolar na construção do PPP de forma democrática e participativa. No *campus* Pádua, desde o início de suas atividades administrativas, foi incentivada a participação coletiva na construção do documento que define a identidade da escola, e nesse movimento de reestruturação, reafirmamos a prática coletiva, contando com representantes dos responsáveis, alunos e servidores.

Com esse viés, a escola começa a refletir os traços de uma gestão democrática e participativa, em que a coletividade prevalece e todos têm direito de construir uma escola justa e igual para todos os participantes, onde a responsabilidade de transformação da realidade é partilhada entre os diversos atores desse processo.

Outro ponto importante é que a diversidade é base da sociedade moderna, onde devemos entender o outro e buscar viver em um clima solidário. O gestor nesse contexto tem um papel fundamental na mediação para que esta relação de respeito mútuo possa ser algo real dentro das relações sociais.

Assim, é preciso que haja um comprometimento da comunidade escolar para que o direito

às diferenças, que a Constituição nos assegura, prevaleça sobre atitudes discriminatórias, tendo sempre o bem da coletividade como princípio norteador das atitudes dentro e fora da escola. Dalmás (1994, p. 47) afirma que:

[...] não pode haver na escola um clima de hostilidade, de individualismo, de irresponsabilidade e de não envolvimento, pois esses comprometem o andamento do planejamento participativo e que ao invés da construção desse clima deva existir sim, um ambiente de acolhida, aceitação mútua e interesses um pelo outro.

No *campus* Santo Antônio de Pádua entende-se que a gestão escolar democrática e participativa deve ser um processo coerente e contínuo dentro da realidade em que a escola está inserida, em que o gestor precisa mediar o processo de integração entre todos os atores da comunidade escolar, possibilitando assim, o atendimento às demandas educacionais existentes, tendo como finalidade, a elaboração de uma proposta educativa de qualidade, proporcionando um espaço de respeito mútuo, dignidade e, de formação de identidades pautadas em valores éticos dentro da diversidade cultural existente, para que a vida em sociedade seja algo que possa ser realizado de maneira plena.

Essa qualidade na educação depende das ações que envolvem todos os personagens na gestão escolar, a partir de um planejamento que vise o bem da coletividade, apesar das diferenças existentes. Gonçalves (2003, p. 34) complementa este pensamento afirmando que “o planejamento participativo é uma forma de planejar que envolve todos os atores da ação educativa nas decisões sobre aonde se quer chegar e de que maneira chegar”.

A construção de um ambiente escolar em que a democracia prevaleça passa por um longo trabalho de sensibilização que deve ser refletido por gestores, equipe pedagógica, docentes e técnico-administrativos, tendo como objetivo um papel mais participativo desses personagens que precisam se comprometer com um processo de mudança da realidade.

Suas ações e atitudes precisam estar voltadas para satisfazer as necessidades da comunidade em geral, com muita dedicação, participação e responsabilidade, e a partir daí, chegar ao maior objetivo que é a promoção do homem dentro do contexto político e social.

Dessa forma, a gestão democrática baseia-se em ações coletivas, envolvendo todos os servidores do *campus* Santo Antônio de Pádua, tendo o Diretor como incentivador dessa democracia. Assim, todos precisam participar coletivamente e dividir responsabilidades a fim de transformar a própria prática, a partir da autocrítica, trazendo a serenidade para os momentos de discussões para aceitar as diferenças como condição para dialogar em conjunto, pois cada um tem uma experiência que deve ser valorizada.

A Direção do *campus* Santo Antônio de Pádua entende que o planejamento participativo

possibilita o crescimento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e por isso não pode ser deixado de lado pelo gestor, sendo este, parte fundamental para ser realizada uma gestão escolar democrática.

9 O TEMPO ESCOLAR

Uma das ferramentas que constitui a organização pedagógica é o tempo escolar. Ele ordena o calendário escolar, a matriz curricular, o tempo de integralização do curso e as divisões por áreas de conhecimento.

O tempo – uma das variáveis mais importantes da organização escolar – acaba por interferir e condicionar definitivamente o modelo de intervenção didática que se pretende implementar no seu dia a dia. (PINTO, 2001, p. 60)

O tempo escolar é de natureza interdisciplinar e de extrema importância, pois é elemento constitutivo do currículo escolar. A partir dele é definida a carga horária que os professores de cada área do conhecimento terão para usar em sua práxis, além de prever dias letivos, avaliações, cursos, atividades extracurriculares, férias, pesquisa, extensão e outras atividades pedagógicas.

Além disso, segundo Veiga (2002), essa organização do tempo de cada instituição deve levar em consideração a realidade, a região, a estrutura e a individualidade dos diferentes atores envolvidos.

A primeira tarefa para construção de um tempo escolar eficiente é o abandono dos parâmetros que dificultam a criatividade, possibilitando estratégias que libertem e desinibam o aluno em vez de o aprisionarem no sistema. Temos que deixar de viver o tempo escolar apenas na sua dimensão do trabalho e passar a vivê-lo mais na dimensão criativa.

O tempo escolar foi pensado para proporcionar aos nossos alunos atividades diversificadas além das atividades em sala de aula, reorganizando os espaços, o tempo e os conteúdos, para que os estudantes possam se desenvolver de forma completa, em sua totalidade, contando com a colaboração dos responsáveis e a comunidade.

O professor também necessita de tempo para conhecer melhor os alunos, exercer sua formação continuada dentro do ambiente escolar, participar de cursos e palestras de formação continuada, planejar suas ações pedagógicas, diários e acompanhar e avaliar o projeto-político-pedagógico em ação. O estudante por sua vez precisa de tempo para, entre outras coisas, poder demonstrar as suas capacidades, tornar-se cada vez mais criativo para se organizar e criar seus espaços para além da sala de aula, como atividades de pesquisa e de extensão.

Pensando no tempo de socialização, proteção e de convívio familiar a que todo indivíduo necessita, recomendamos aos estudantes que eles realizem as atividades escolares durante o período que estiverem na escola, visto que no *campus* é possível contar com a ajuda dos colegas, professores e demais servidores da educação para os auxiliarem nas atividades.

9.1 Escola Integral

A implantação de uma escola que preza a educação integral, possibilita uma ampliação de oportunidades complementares de formação e enriquecimento curricular que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. Nas escolas de Educação Profissional e Tecnológica há, ainda, a necessidade de proporcionar aos educandos uma formação que possibilite uma maior integração entre os conhecimentos técnicos e humanísticos, formação básica e formação profissional, que permitam preparar o aluno para assimilar as rápidas e variadas informações do mundo globalizado, além de prepará-lo para que tenha capacidade de utilizar esses conhecimentos de forma criativa. Segundo o Parâmetros Curriculares Nacionais, “por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens” (MEC, 2000).

10 MATRIZ INTEGRADA

Para efetivar a filosofia educacional do *campus* Santo Antônio de Pádua, foi elaborada uma matriz que vai de encontro à fragmentação em disciplinas. Dessa forma, o desejo é que através desse modelo, possamos possibilitar muitos momentos integrados que contribuirão para a construção de uma educação de qualidade. Na matriz abaixo, apresentamos a distribuição da carga horária dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular nos 1º, 2º e 3º anos de curso.

Tabela 04: Matriz dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular

Ensino Médio Integrado				
1º Ciclo – Básico				
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)		
		Área	Ciclo	Total
Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	360	1200	1200
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	320		
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	360		
	Ciências e Tecnologias Aplicadas aos Eixos Tecnológicos	160		

2º Ciclo - Eixo Tecnológico					
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)			
		Área	Ciclo	Total	
Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	200	1200	2400	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	240			
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	320			
	Ciências e Tecnologias Aplicadas ao Eixo Tecnológico cursado	440			
3º Ciclo – Especialização					
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)			Certificação
		Área	Ciclo	Total	
Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	200	1200	3600	Profissional
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	160			
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	240			
	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Habilitação Profissional Técnica	600			

Já nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade PROEJA, a carga horária para os 1º, 2º e 3º anos de curso seguem a distribuição abaixo:

Tabela 05: Matriz dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade PROEJA

Ensino Médio Integrado					
1º Ciclo – Básico					
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)			
		Área	Ciclo	Total	
Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	120	800	800	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	120			
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	160			
	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Habilitação Profissional Técnica	400			
2º Ciclo - Eixo Tecnológico					
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)			
		Área	Ciclo	Total	

Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	120	800	1600	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	120			
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	160			
	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Habilitação Profissional Técnica	400			
3º Ciclo – Especialização					
Áreas do Conhecimento		Carga Horária (Horas)			Certificação
		Área	Ciclo	Total	
Formação Humanística e Tecnológica	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	120	800	2400	Profissional
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	120			
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	160			
	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Habilitação Profissional Técnica	400			

Vale destacar que mesmo a quantidade de horas sendo diferente em cada área do conhecimento, nenhuma área é mais importante que outra no processo de formação do aluno. Entendemos que o equilíbrio não ocorre apenas através dos números, mas das ações planejadas, buscando sempre que possível, atividades integradas. Dessa forma, nada impede que em uma certa atividade, o aluno tenha contato com conteúdos de diferentes áreas ao mesmo tempo, inclusive área técnica.

Assim, esse planejamento é uma atividade que requer a ruptura de barreiras no cotidiano escolar. Mesmo sendo algo complexo, é um instrumento de transformação da práxis escolar, possibilitando a diminuição da assimetria existente entre nossa legislação educacional e a prática na escola, buscando promover uma educação com sentido.

10.1 Distribuição de carga horária em atividades

A carga horária semanal dos componentes curriculares é distribuída, conforme definido para a série, entre as atividades de aprofundamento e atividade de projeto, que podem ser definidas como:

- **Atividade de Aprofundamento:** consiste na consolidação dos conteúdos específicos de cada área do conhecimento. Nesse horário de aprofundamento, um ou mais professores

conduzem as atividades já planejadas na reunião pedagógica. Compõe o horário da 1ª, 2ª e 3ª série dos Cursos Técnicos.

- **Atividades de Projeto:** são as frentes de trabalho relativas ao projeto tema da problematização definida para a série. Compõe o horário semanal da 1ª série do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Regular pois é executado no componente curricular Ciências e Tecnologias aplicadas aos Eixos Tecnológicos. Nesses momentos, os professores participam conjuntamente e os alunos têm a oportunidade de potencializar sua escolha, de forma fundamentada, quanto ao Eixo Tecnológico que deseja seguir. Por isso, essas atividades são planejadas e realizadas de forma a criar significados e correlações com os diversos eixos tecnológicos propostos.

10.2 Ensino interdisciplinar e por áreas de conhecimentos

Na maioria das escolas percebemos que as disciplinas são compartimentalizadas em horários específicos e sem interação entre os conteúdos, direcionando claramente um prestígio de algumas disciplinas em detrimentos às outras.

A proposta do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua prevê uma nova forma de organizar o currículo, trabalhado na perspectiva interdisciplinar e contextualizada partindo do pressuposto da aprendizagem significativa, a cadência dos conteúdos e a sequência lógica das áreas de conhecimento.

Com a organização curricular por áreas do conhecimento e da compreensão da concepção interdisciplinar e matricial, que articula as Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, pretendemos contribuir para que, gradativamente, se vá superando o tratamento estanque, compartimentalizado, que caracteriza o conhecimento escolar (MEC, 2002). A organização por áreas do *campus* Santo Antônio de Pádua seguirá a tabela abaixo:

Tabela 06: Áreas do conhecimento

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Ciências Humanas e suas Tecnologias
Língua Portuguesa	Biologia	História
Língua Estrangeira	Física	Geografia
Educação Física	Química	Sociologia
Artes Visuais	Matemática	Filosofia

Fonte: Elaboração dos autores

As vivências dos Eixos Tecnológicos (Infraestrutura, Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios), possibilitadas aos estudantes na 1ª série do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Regular, estão associadas ao componente curricular Ciências e Tecnologias aplicadas aos Eixos Tecnológicos.

Além de serem trabalhadas nesse componente curricular, as vivências dos Eixos Tecnológicos ofertados pelo *campus* podem ser integradas às demais áreas do conhecimento por meio das tecnologias, as quais compõem as áreas identificadas na tabela acima.

A interação das diferentes áreas do conhecimento pode criar as condições necessárias para uma aprendizagem motivadora e significativa, na medida em que ofereça maior liberdade aos professores e alunos para a seleção de conteúdos mais diretamente relacionados aos assuntos ou problemas que dizem respeito à vida em comunidade e do trabalho.

Baseado no modelo de interação das disciplinas em áreas de conhecimento, a divisão do tempo escolar, para consolidar a proposta, é de 60 minutos por aula, embasado pelo parecer CNE/CES 261/2006, publicado no Diário Oficial da União de 25/06/2007 (MEC, 2006).

Entendemos que, quanto mais compartimentado for o tempo, mais hierarquizadas e ritualizadas serão as relações sociais, reduzindo, também, as possibilidades de se institucionalizar o currículo integrado.

Ao discutirmos a questão de como a escola contribui para a inculcação da precisão temporal nas atividades escolares, o autor Enguita (1989, p. 180) afirma que:

a sucessão de períodos muito breves – sempre de menos de uma hora – dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de sequência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.

10.3 O Pensar Coletivo

Cada indivíduo traz suas singularidades e concepções, assim, visando a construção de um projeto unificado de educação. Para consolidar esse projeto, faz-se necessário o permanente trabalho em grupo.

O diálogo constante permite a confrontação de visões e objetivos antagônicos, propiciando uma conciliação integradora na formatação e na consolidação de uma proposta educacional. Nesse encontro são contempladas as peculiaridades individuais dos agentes educacionais, as quais, geralmente, se tornam os principais empecilhos do processo. Ou seja, na coletividade é possível a resolução dos conflitos e entraves da prática escolar (FERRARI, 2011).

No entanto, alguns requisitos são necessários. É preciso que seja claro aos membros que os objetivos e as concepções que se mostrem mais importantes para a coletividade devem prevalecer sobre as questões estritamente individuais. Outro detalhe importante, que pode também ser um complicador, é o grande dispêndio de energia para se chegar a um consenso. Inicialmente o grupo precisa se afinar e se conhecer, portanto, é possível que em um momento posterior aconteça maior agilidade na tomada de decisões.

A prática pedagógica do IFFluminense *campus* de Santo Antônio de Pádua, portanto, está pautada na prática coletiva. Reuniões de planejamento entre todos os professores, agrupados pelas grandes áreas do conhecimento, são realizadas com intuito de decidir e acompanhar o processo pedagógico.

Assim, a equipe docente e técnico-pedagógica participa semanalmente da reunião pedagógica, que possui o propósito de oportunizar diálogos para a potencialização dos planejamentos já realizados, além de ser um momento de reflexão sobre a prática da integração.

O diálogo crítico em torno das concepções fundantes do projeto político-pedagógico coletivo: ser humano, conhecimento e política. Este diálogo exige não apenas um grande esforço de autoconhecimento, autoformação, capacidade de desconstrução e reconstrução dos processos escolares vividos, mas também uma grande capacidade de escuta do outro, para que um nós-ético possa ir se estabelecendo (SILVA, 1996, p.95).

11 ATENDIMENTO DOCENTE

Como atividade eletiva, o *campus* Santo Antônio de Pádua, oferta aos seus estudantes um horário específico de atendimento docente. Neste momento, os alunos podem tirar suas dúvidas com os professores, visando o melhor desempenho nas atividades acadêmicas.

Os horários de atendimento docente ocorrem após o encerramento das atividades letivas, para possibilitar uma maior participação dos estudantes. A quantidade de horas disponibilizadas pelos docentes para os atendimentos, equivale a metade das respectivas horas de atividade de aprofundamento para série.

A participação dos estudantes na atividade eletiva de atendimento docente pode ser considerada como uma das formas de estudo de recuperação da aprendizagem. Os estudos a serem realizados nesse momento podem ser direcionadas aos conteúdos e atividades de aprofundamento e projeto.

O atendimento docente é divulgado aos alunos a cada início de ano letivo, com dias e horário previamente determinados, quando deve ser estimulada a participação e frequência dos estudantes nessa atividade de ensino.

12 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O *campus* Santo Antônio de Pádua tem como princípio educativo o trabalho. Em consonância com esse princípio tem-se a politecnia, “(...) se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 2003, p.136). O *campus* Santo Antônio de Pádua, enquanto uma unidade de educação profissional e tecnológica, encaminha sua prática pedagógica em direção a essa relação indissolúvel entre o trabalho manual e intelectual.

Inspirados na concepção politécnica de ensino, que visa a formação omnilateral dos cidadãos, o *campus* Santo Antônio de Pádua almeja a desconstrução de um currículo fragmentado, buscando a consolidação de um currículo integrado que auxilie na superação das dicotomias do sistema de ensino. Corroborando com essa perspectiva de trabalho, tem-se a politecnia, que é definida por Maciel (2007, p.11) como:

princípio pedagógico que se constitui de processos educativos integradores das dimensões intelectual, física e tecnológica, transformada nesse estudo em racionalidade, enquanto desenvolvimento das dimensões lógico-cognitivas; em habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; em sensibilidade, como potencialização de todos os sentidos; e em sociabilidade, como participação produtiva e política na sociedade, cujo fim é a formação integral.

Assim, ao encontro dessa formação integral do estudante, temos como metodologia de ensino a Problematização, cuja característica é relacionar a prática pedagógica à vida em sociedade, proporcionando ao aluno a oportunidade de ter uma formação omnilateral. Segundo Berbel (1998,

p. 145), esta metodologia tem como objetivo:

a mobilização do potencial social, político e ético dos alunos, que estudam cientificamente para agir politicamente, como cidadãos e profissionais em formação, como agentes sociais que participam da construção da história de seu tempo, mesmo que em pequena dimensão.

Ainda sobre a metodologia da Problematização, é importante frisar que ela pode ser desenvolvida em 5 etapas, quais sejam: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade, que são descritas como:

a primeira etapa é a Observação da Realidade social, concreta, pelos alunos, a partir de um tema ou unidade de estudo. (...)Para realizar as atividades da segunda etapa que é a dos Pontos-Chaves, os alunos são levados a refletir primeiramente sobre as possíveis causas da existência do problema em estudo (...). A partir dessa análise reflexiva, os alunos são estimulados a uma nova síntese: a da elaboração dos pontos essenciais que deverão ser estudados sobre o problema, para compreendê-lo mais profundamente (...)A terceira etapa é a da teorização. Esta é a etapa do estudo, da investigação propriamente dita. (...)A quarta etapa é a das hipóteses de solução. Todo o estudo realizado deverá fornecer elementos para os alunos, crítica e criativamente, elaborarem as possíveis soluções. (...)A quinta e última etapa é a da Aplicação à Realidade. Esta etapa da Metodologia da Problematização ultrapassa o exercício intelectual. (Idem, p.142)

Essas etapas contemplam o que a referida autora identifica como a primeira referência dessa metodologia, qual seja: o método do arco, de Charles Maguerez. Ao concluir as etapas, os alunos terão exercitado a dialética entre prática-teoria-prática, em que o objetivo final, desse processo, é a relação do estudante com a realidade social.

No tocante à realidade social do município de Santo Antônio de Pádua, para os cursos ofertados são escolhidos temas que exercem forte influência na vida dos cidadãos do município e região. Como exemplo de problematizações já foram propostas pela equipe do *campus* o projeto de recuperação da mata ciliar do rio Pomba, o projeto de redimensionamento do lixo eletrônico e reciclagem de pilhas e baterias e o projeto de reaproveitamento de água do *campus*.

A proposta pedagógica do *campus* Pádua propõe que cada projeto de problematização proposto seja um meio de promoção da integração entre os conteúdos das áreas do conhecimento e dos eixos relacionados aos cursos técnicos ofertados no *campus*. Dessa forma,

a opção pela Metodologia da Problematização não requer grandes alterações materiais ou físicas na escola. As mudanças são mais na programação da Disciplina. Requer sim alterações na postura do professor e dos alunos para o tratamento reflexivo e crítico dos temas e na flexibilidade de local de estudo e aprendizagem, já que a realidade social é o ponto de partida e de chegada dos estudos pelo grupo de alunos. (Idem, p.148)

Na distribuição das atividades semanais do *campus* estão as atividades de projeto, que são momentos destinados ao desenvolvimento dos projetos de problematização com os estudantes. A partir dessas atividades, são articulados os conhecimentos que se integram com o estudo da

realidade a que se propõe o projeto.

13 ATIVIDADES DE PROJETO

As atividades de projeto foram concebidas como um conjunto de estratégias que direcionam a integração entre os conteúdos propedêuticos e os conteúdos técnicos em todo o itinerário formativo adotado pelo *campus*. Também primam por fomentar o trabalho como princípio educativo e proporcionam as vivências dos alunos do 1º ano do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para a escolha, ao final do ano letivo, do Eixo Tecnológico de atuação.

Os horários destinados às Atividades de Projetos são atividades letivas, portanto é adicionada na carga horária prevista pela Regulamentação de Atividade Docente (RAD).

As Atividades de Projeto são geridas pelas Coordenações dos Cursos Técnicos que indicam as atividades a serem desenvolvidas, atendendo aos alunos durante o ano letivo. Essas Atividades de Projeto são propostas nas reuniões de coordenação e apresentadas em reunião pedagógica. Elas possuem como finalidade serem o fio condutor das ações que problematizam as vivências técnicas e integrações de cada Eixo Tecnológico.

As atividades propostas devem conter elementos que permitam explorar as integrações entre a prática manual e intelectual, assim como possibilitarem vivências do Eixo Tecnológico, bem como transmitir sua função social, ambiental e econômica do território que está inserido o *campus*.

Para a configuração do trabalho como princípio educativo, surgem as frentes de trabalho e as atividades integradas que são desdobramentos das atividades de projeto. Nesses momentos, os professores apresentam atividades que possibilitam integração entre os conhecimentos, sempre propondo a apresentação de um produto final pelos discentes.

A organização estrutural das atividades de projeto é planejada e definida pela Coordenação de Curso e Direção de Ensino, que formam a Comissão Gestora das Atividades de Projeto. Esta comissão aglutina as propostas dos professores da área técnica de cada Eixo Tecnológico, que estabelecem metas e produtos finais que refletem o Eixo Tecnológico de origem, a fim de proporcionar as vivências tecnológicas.

São atribuições da Comissão Gestora:

- Organizar, analisar e gerir as demandas oriundas do planejamento das atividades propostas;
- Avaliar as etapas e as frentes de trabalho e suas pertinências pedagógicas;
- Acompanhar e fiscalizar a atuação das atividades de projeto;
- Acompanhar a execução do planejamento, bem como realizar autoavaliações constantes.

São atribuições dos professores dos eixos tecnológicos:

- Vislumbrar as etapas das atividades de projeto como ponto de partida para as vivências nos Eixos Tecnológicos;
- Planejar as etapas e frentes de trabalho das atividades de projeto junto às Coordenações de Curso;
- Propor produto final para cada etapa e/ou frente das atividades de projeto planejada;
- Encaminhar pauta para a reunião pedagógica para a agregação dos demais conhecimentos tecnológicos e propedêuticos;
- Elaborar cronograma de execução de cada etapa e frente de trabalho das atividades de projeto;
- Acompanhar a execução do planejamento, bem como realizar autoavaliações constantes.

Em consonância com as atribuições dos professores dos eixos tecnológicos, os demais professores, além de participarem da organização e execução das atividades de projeto, contribuem com integrações dos conteúdos técnicos e propedêuticos, que são adicionadas às atividades. São atribuições dos professores do conteúdo propedêutico:

- Participar e propor atividades que reflitam os conhecimentos das áreas nas etapas e/ou frentes do projeto, de forma a integrar os saberes;
- Apontar contribuições das atividades de aprofundamento para as etapas e/ou frentes do projeto;

- Propor, em reuniões pedagógicas, atividades de projeto que perpassem os conhecimentos propedêuticos e tecnológicos;
- Avaliar as contribuições dos discentes nas atividades integradas propostas.

A execução das atividades de projeto pelos discentes é avaliada constantemente por meio da diversidade de instrumentos avaliativos e pelo produto a ser apresentado ao final de cada atividade. Ao mesmo tempo, o comprometimento em cumprir as atividades propostas são considerados na elaboração dos relatórios de avaliação trimestral e na construção do conceito ao final de cada trimestre.

14 PROJETO MÚLTIPLOS SABERES

O Projeto Múltiplos Saberes do Instituto Federal Fluminense *campus* Santo Antônio de Pádua tem o intuito de potencializar a aprendizagem, por meio de ações de assessoramento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo, a indissociabilidade entre essa tríade não só como princípio formal, mas como prática efetiva.

O princípio da indissociabilidade é um compromisso com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, pois promove a aproximação entre instituição e sociedade além de estimular a emancipação intelectual dos estudantes, primando por sua formação autônoma, competente e ética.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão como proposta de reforma da educação universitária, está inserida no contexto histórico da redemocratização do Brasil com a inclusão desse conceito na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Com base nesse ideal, no Instituto Federal Fluminense o princípio da indissociabilidade insere-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) como meio de garantir que a tríade ensino, pesquisa e extensão, que compõe o Instituto, não aconteça de forma fragmentada, mas sim, “num movimento pedagógico constante, que auxilia na construção do conhecimento pelo aluno, instiga a geração de novos conhecimentos e possibilita o experimento desses conhecimentos por meio da sua aplicação na sociedade”.

O documento aponta para a necessidade de se construir a indissociabilidade no IFFluminense como princípio orgânico, levando em consideração sua natureza enquanto instituição de Educação Profissional e Tecnológica, seu compromisso com o desenvolvimento local e regional e sua missão de formação cidadã e para o mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o Projeto Múltiplos Saberes se caracteriza como um momento de reconfiguração do processo pedagógico com a utilização de diferentes espaços para além da sala de aula e com a substituição da relação estudante-professor pela relação estudante-educador-comunidade. A intenção é proporcionar ao estudante a possibilidade de incluir em sua formação profissional vivências que estimulem uma atitude crítica, criativa e cidadã e, cujos conhecimentos produzidos sejam significativos à medida que atendam às demandas por reparação das desigualdades sociais e por desenvolvimento regional sustentável.

O Projeto é um momento destinado a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão no formato de oficinas. Essas oficinas têm duração semestral e podem ser propostas e coordenadas por servidores, alunos e membros da comunidade externa.

Nesse sentido, além de proporcionar a aproximação entre os membros da comunidade interna e o diálogo desses com membros da comunidade externa, o projeto possibilita o envolvimento de todos os alunos e servidores do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua em ações que integram ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, ao superarmos a compartimentação e a hierarquização do saber através da afirmação da tridimensionalidade do fazer acadêmico e da relação entre conhecimento acadêmico e o conhecimento culturalmente produzido pelos diferentes setores sociais, contribuimos para o fortalecimento da educação integral, não somente em tempo integral, mas que pensa a integralidade do estudante e busca desenvolver sua humanidade tanto quanto seus conhecimentos em conteúdos específicos típicos da aprendizagem escolar.

14.1 Metodologia do Projeto

O Projeto Múltiplos Saberes é uma proposta que integra a Direção de Pesquisa e Extensão e a Direção de Ensino, responsáveis por coordenar o projeto e dar suporte às atividades desenvolvidas. Cabe a essas direções acompanhar a execução das oficinas, registrar a frequência dos alunos e coordenar a avaliação do andamento do Projeto.

As propostas devem contemplar atividades que envolvam estudantes do IFF *campus* Santo Antônio de Pádua no horário estabelecido e devem ser enviadas para a Direção de Pesquisa e Extensão por meio de formulário específico no qual consta a descrição do trabalho a ser realizado e o cronograma de atividades.

A participação dos alunos é optativa, visto que o Projeto ocorrerá em momento posterior ao horário letivo. Os alunos interessados em participar devem efetuar inscrição para acompanhar as atividades de uma das oficinas propostas. Essas atividades são desenvolvidas ao longo de um semestre e, durante esse período, o aluno poderá, caso tenha interesse, solicitar transferência de oficina uma (1) vez, desde que essa solicitação seja feita dentro do prazo de dois (2) meses do início das atividades e que tenha vaga disponível na oficina para a qual deseja transferir. O número de vagas ofertadas é estabelecido pelo proponente e o controle da frequência é realizado pelos coordenadores e monitores, através de registro de frequência em lista própria disponibilizada pela Direção de Pesquisa e Extensão.

O processo avaliativo é realizado através de, no mínimo, uma reunião com a participação de todos os envolvidos. São momentos de escuta e de registro das críticas e sugestões apontadas pelos participantes, que servem de base para possíveis ajustes no funcionamento do Projeto.

Ao final do semestre, a Direção de Ensino e a Direção de Pesquisa e Extensão organizarão um evento de culminância do Projeto no qual cada oficina apresentará o resultado das atividades desenvolvidas durante o semestre.

15 PESQUISA

A Direção de Pesquisa do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua busca promover e estimular a pesquisa dos alunos dos cursos técnicos integrados do ensino médio trabalhando como temas caros a comunidade local e regional. O *campus* Santo Antônio de Pádua adota como inspiração filosófica a politecnicidade, e nessa inspiração, a pesquisa será integradora ao ensino e a extensão, ou seja, a relação que a pesquisa forma com o ensino e a extensão é ativa e fomentadora. A pesquisa tentará sempre estimular o aluno a se apropriar de novos conhecimentos fazendo com que ele possa formar um senso crítico e a propor soluções para a resolução de problemas a seu redor.

A prática da pesquisa como um princípio educacional ao invés de uma ferramenta auxiliar na construção do saber do educando, o leva a desenvolver habilidades que, no futuro, podem

direcioná-lo a ser um empreendedor, cooperativo com a realidade local e regional. A concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, entendendo-a como trabalho de produção do conhecimento, como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca, estimulará, portanto, a criatividade do aluno.

Nesta escola são desenvolvidas e estimuladas práticas de pesquisa capazes de problematizar as questões suscitadas no contexto acadêmico e na particularidade das práticas pedagógicas, criando oportunidades para que o educando questione, investigue, verifique, colete, compare, analise, examine, descubra, compreenda, sintetize, organize e interprete crítica e cientificamente. Assim, ao aplicar esses conceitos e relacioná-los a teoria e a prática, de maneira lógica, é possível inseri-los em um contexto plausível, transdisciplinar e aberto a reflexões de todos os envolvidos no processo.

A pesquisa constitui uma prática que visa à formação do educando para temas que lhe são apresentados, assim como também busca reflexão, mudanças e inovações. Por isso, a introdução da pesquisa, através das atividades, trará diversos benefícios ao educando, posto que este ampliará, já no ensino médio, habilidades que normalmente só lhe seriam apresentadas no ensino superior.

No atual modelo brasileiro de educação, o desenvolvimento de pesquisas é atribuído quase que exclusivamente às universidades, principalmente as universidades federais, porém a pesquisa deve ser desenvolvida e estimulada em todos os níveis da educação. O papel do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua enquanto instituição de nível básico, técnico e tecnológico será instigar o aluno do ensino médio/técnico a desenvolver e aperfeiçoar habilidades para a realização de pesquisas.

As atitudes de pesquisador devem ser sempre despertadas no estudante, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. A pesquisa, além de ser um ato educativo, reflexivo e formativo, é um ato político, por isso “deve ser atitude cotidiana no professor e no aluno” (DEMO, 2002, p.6).

O modelo de pesquisa proposto para os Institutos Federais é aquele da pesquisa aplicada, isto é, a pesquisa voltada para desenvolvimento das vocações e diagnósticos dos problemas locais e regionais, nos municípios onde os institutos estão inseridos.

Os educadores/pesquisadores do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua devem buscar sempre a formação humanizada e cidadã do técnico formado no nosso *campus*. Entende-se que a pesquisa, aliada ao ensino e a extensão, oferece as qualidades para essa formação que pretende assegurar, aos profissionais formados, a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, será feita a integração entre tecnologia, ciência e cultura como grandezas indissociáveis ao

ser humano e essenciais para a construção da autonomia intelectual.

A pesquisa pode ser uma ferramenta utilizada em diversos vieses, como o **científico**, que se consolida em produção do conhecimento; o **educativo**, que diz respeito à atitude de questionamento da realidade e de intervenção na sociedade; o da **indissociabilidade**, que visa à integração entre pesquisa, extensão e ensino; e o **ético**, que responde pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano.

O IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua estimulará durante todo o desenvolvimento do ensino médio/técnico, a perfeita junção que pode ser realizada entre pesquisa e ensino através da utilização da metodologia da problematização, buscando assim auxiliar os princípios educativos aos princípios básicos do processo investigativo de uma pesquisa, para que estas habilidades necessárias aos educandos sejam incorporadas desde sua entrada na instituição e aprimoradas ao longo dos anos sequenciais do ensino técnico.

16 EXTENSÃO

A proposta institucional que se desenha para o *campus* Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, inspirada na Politecnia, coloca o trabalho como princípio para o aprendizado e construção da cidadania. A efetivação deste princípio impõe que se coloque o agir em sociedade em sua prática educacional. Esta perspectiva possibilita a potencialização da Extensão como campo institucional, tendo em vista ser ela o lugar por excelência da interação com a sociedade.

Tendo como base estes princípios, estabelecemos as diretrizes para a Extensão. Três conceitos-chave organizam esta proposta: identidade, interação e disponibilização.

Identidade é categoria complexa. Foi criticada e relativizada ao longo das últimas décadas em diversos campos do saber, porém, é ainda em torno dela que as instituições procuram se organizar. O primeiro elemento a se considerar é que a identidade é uma construção social. Ou seja, não podemos definir *a priori* qual identidade será assumida pelo IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua em virtude de estar em processo de implantação. Nosso trabalho neste momento é de, a partir das relações que se constituirão, das demandas da sociedade que surgirão e do trabalho que será constituído, começar a identificar as potencialidades da instituição na sua relação com os outros agentes da sociedade e trabalhar em torno destas. O segundo elemento da tessitura desta identidade é seu caráter relacional: identidade se constrói sempre em relação a algo ou alguém. Neste sentido, é imperativo operar duas dimensões que se complementam: será preciso constituir

identidade em relação aos outros campi do próprio IFFluminense e em relação à cidade em que se insere. Por último, é fundamental considerar as relações entre identidade e diversidade. O tecido social de que faz parte o IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua é complexo e multifacetado. Sua inserção terá mais êxito se, no lugar de produzir uma identidade rígida e impositiva, conseguir dialogar com esta diversidade e trazê-la para dentro da instituição.

É a partir desta perspectiva que se articula o conceito-chave *interação*, que leva em conta, especialmente, o elemento da territorialidade. A territorialidade é constituinte fundamental da proposta dos institutos federais. Entendido primeiramente como “espaço geográfico”, ampliou-se para incorporar a ideia de:

território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. (PACHECO; PEREIRA; VIDOR, 2009, p. 36)

O território será compreendido como “rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação” (idem: idem). Deste modo, a partir da interação como conceito-chave, pretende-se desenvolver atividades que incorporem o IFFluminense *campus* Santo Antônio Pádua a esta rede de relações já existente, modificando-a positivamente. A partir disto, será possível produzir nova territorialidade no espaço geográfico em que se insere a instituição.

O terceiro conceito-chave proposto, a *disponibilização*, refere-se ao entendimento de que o IFFluminense *campus* Santo Antônio Pádua é uma instituição pública e gratuita e, portanto, suas estruturas e serviços devem estar à disposição para uso pleno da sociedade. Como exemplos da aplicação deste princípio, teremos espaços como o anfiteatro, a biblioteca e a quadra de esportes, que foram planejados para que seu uso não se restrinja somente aos alunos e servidores da instituição.

A atividade extensionista do IFFluminense *campus* Santo Antônio Pádua não se restringe a sua coordenação. Servidores e alunos são convidados a compor a rede de agentes extensionistas do *campus*, propondo projetos e ações de acordo com as especificidades de seu trabalho na instituição.

O método de trabalho será estruturado de forma a viabilizar ações de acordo com os eixos que orientam as concepções e políticas de extensão na Rede de EPCT, conforme estabelece o documento “Extensão Tecnológica” (CONIF, 2013):

- Desenvolvimento: colaborar para a criação de políticas para o desenvolvimento local e regional observando o arranjo produtivo local e as vocações produtivas regionais, tais como: incen-

tivo ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo.

- Integração com o mundo do trabalho: estabelecer políticas de estágio e acompanhamento dos egressos, além de realizar visitas técnicas e gerenciais.

- Inclusão produtiva e social: desenvolver programas e projetos que tenham como foco principal populações em condição de vulnerabilidade social, tais como: Mulheres Mil, Rede CERTIFIC, PROEJA e Bolsa Formação – PRONATEC, além de criar estratégias de assistência estudantil para permanência destas populações nos programas e projetos.

- Política Cultural: Estabelecer política de cultura que proporcione a integração dos grupos culturais locais com a instituição, bem como colabore para a ampliação do repertório local, promovendo a integração com grupos e manifestações culturais de outras territorialidades. Serão realizadas ações que potencializem a cultura local nas suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

16.1 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas

O IFFluminense *campus* Santo Antônio Pádua encontra-se às margens do Rio Pomba, uma localização contemplada com a proximidade de serrarias de pedras e fábricas de papel. Por sua referência em educação, a instituição atenderá a comunidade local e os municípios vizinhos de forma que sejam reconhecidas as intencionalidades das ações pedagógicas e administrativas do instituto. A comunidade escolar vai analisar e debater sobre esses dados, sugerindo medidas para as eventuais alterações.

O Projeto Político Pedagógico precisa, desde os seus primeiros estudos e levantamentos, contar com a participação de todos da escola e a comunidade de forma a construir sua identidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo.

Dessa forma nos remetemos ao pensamento de Souza quando diz que a promoção de ações que buscam fortalecer a articulação da escola com a comunidade, reflete na eficiência do rendimento escolar dos alunos, assim:

Esses princípios estão todos interligados, alunos de escolas que contam com a participação dos pais, apresentam melhores rendimentos e menor taxa de evasão. As escolas que têm articulação com a comunidade geralmente oferecem uma educação de melhor qualidade aos seus alunos. A integração escola-comunidade, por sua vez, será sempre decorrente de uma gestão democrática, ou seja, com abertura e o incentivo, proporcionados pela direção, para a participação dos vários segmentos da comunidade na vida escolar de seus filhos. (SOUZA, 2008, p.25)

Para que esta articulação escola-comunidade/comunidade-escola aconteça efetivamente, o primeiro passo é o conhecimento da comunidade em que a instituição está inserida. O levantamento

de dados sobre as condições materiais, sociais, culturais e familiares dos educandos será de suma importância para que todos os envolvidos no processo educativo conheçam as características da comunidade e dos alunos com os quais atuam.

De posse dessas informações, caberá a toda a equipe escolar a promoção de atividades que facilitem a interação entre a escola e a comunidade, tanto no sentido escola-comunidade, *quanto no sentido* comunidade-escola, entre as quais estariam contatos com as famílias (especialmente dos alunos com maiores dificuldades), saídas dos alunos para melhor conhecerem a sua comunidade, atividades culturais e recreativas nos finais de semana (abertas à comunidade), organização de eventos nas dependências da escola, enfim, um grande leque de possibilidades.

As atividades realizadas nesta proposta de ensino possibilitarão ao aluno do IFFluminense *campus* Santo Antônio Pádua o desenvolvimento de sua capacidade de construir conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Para isso, o envolvimento da escola com a comunidade será essencial, pois a prática educativa não será limitada à observação da realidade, mas buscará a sua transformação.

É fundamental, porém, que todas essas atividades de interação entre escola e comunidade caminhem ao encontro daquela que é a atividade-fim do estabelecimento de ensino: a **educação**. Assim, com base nas informações coletadas e nas atividades de intercâmbio promovidas, caberá à escola desenvolver um processo de ensino e uma programação cultural ampla, ambas iniciativas embasadas nas necessidades e aspirações da comunidade – portanto, *condizentes com a realidade cotidiana*.

Dessa forma, os conhecimentos trabalhados pela escola ganham contornos locais (linguagem, exemplos, atividades, eventos culturais), aumentando o interesse dos alunos pela escola e também a eficiência e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, buscaremos a interação entre a comunidade externa e o ambiente acadêmico, por meio de ações de extensão planejadas, envolvendo não só parceria com organizações governamentais e não governamentais, instituições nacionais e internacionais, empresas, indústrias e pessoas, como também prestação de serviços.

As parcerias com a comunidade acontecerão por meio das Diretorias e Coordenações de Curso de forma a articular também programas de inclusão social com os conselhos comunitários, prefeituras e entidades representativas da sociedade civil organizada.

17 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Uma das muitas reflexões a serem feitas quando uma escola se propõe a construir uma proposta pedagógica, que seja inspirada na politecnia, é, indubitavelmente, o modelo de avaliação. Segundo Hoffmann (2003) a avaliação serve para oportunizar o aluno expressar suas ideias e retomar dificuldades inerentes aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos.

A avaliação auxilia ao professor no acompanhamento de cada aluno durante todas as etapas do processo de aprendizagem, assiste na tomada de decisão do professor com base nos registros feitos sobre evolução dos alunos nas diferentes etapas do processo, tornando o aluno comprometido com tal processo; contribui para aproximar quem educa de quem é educado, em benefício do educando e para que este descubra a si próprio e conheça as possibilidades do vir a ser, como também, para oferecer aos educandos inúmeras oportunidades de viver muitas e desafiadoras situações de vida.

Dessa forma, esta instituição tem como parâmetro um modelo de avaliação contínuo, dinâmico e não meramente estanque, pontual e classificatório. Janssen Silva (2010) destaca que “não se pode ensinar de uma forma e avaliar de outra, é preciso haver coerência”.

Grande parte do êxito de uma proposta pedagógica perpassa pela forma de avaliação adotada. O modelo de avaliação emancipatória é o que melhor atende a uma proposta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, cuja característica é tornar a educação geral parte inseparável da educação profissional. Espera-se que a cultura do trabalho auxilie o aluno a se tornar responsável pela sua aprendizagem.

Nessa perspectiva de emancipação, o educador deve utilizar a avaliação como ferramenta para diagnosticar a real situação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, pois dessa forma, o professor poderá mediar o desenvolvimento pleno do educando. A avaliação na perspectiva da politecnia deve fazer com que os alunos participem das aulas e não apenas estejam nelas. Deve-se avaliar os alunos de diversas maneiras, com cunho sempre qualitativo.

Tomando como base o inciso V do Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a verificação do rendimento escolar observará o critério de “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Portanto, a própria legislação que ampara a educação preceitua que a avaliação deve ter um caráter formativo, contínuo e dinâmico.

(...) um processo compartilhado que busca contribuir com uma melhor compreensão de como o outro, parceiro no processo pedagógico, compreende como aprende, o que aprende, o que ensina, como ensina, o que sabe e o que não sabe, não apenas ao final do processo, mas enquanto o realiza. Aqui a avaliação focaliza o desconhecido, porém não como registro da incapacidade, mas como *locus* potencial de ampliação individual e coletivo do conhecimento. A avaliação como prática de investigação dá visibilidade ao processo permanente de construção/desconstrução/reconstrução dos conhecimentos de todos os que participam da relação pedagógica. (ESTEBAN, 2006, p.86)

17.1 Instrumentos avaliativos e suas aplicações

Segundo Luckesi (2002), avaliação e exame são distintos. Enquanto exame tem por finalidade classificar o aluno, a avaliação é um instrumento de percepção para o educador aferir a qualidade do conhecimento que o aluno se apropriou. Sendo assim, o educador poderá traçar novas metodologias de aprendizagem a fim de garantir o sucesso escolar.

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação. (LUCKESI, 2012, p. 5)

Tomando como princípio a integração entre as áreas de conhecimento e a individualidade do estudante, a avaliação no *campus* Santo Antônio de Pádua estrutura-se utilizando vários instrumentos avaliativos, a saber:

- Avaliações escritas – por meio deste instrumento o educador pode diagnosticar a clareza de pensamento do estudante e sua assimilação do conteúdo através da escrita.
- Avaliações orais, seminários e afins – este instrumento proporciona ao educando a oportunidade de proferir suas ideias sobre o conteúdo estudado. Trabalha-se a postura para apresentação e suas estratégias de divulgação do conteúdo assimilado. Quando essa ferramenta é utilizada em grupo, deve-se levar em conta o pensar coletivo dos integrantes.
- Listas de Exercícios Teóricos – instrumento que auxilia o aluno a desenvolver suas potencialidades a partir dos conteúdos trabalhados nos horários de aprofundamento. Considerando o tempo de socialização e de convívio familiar necessário a todo indivíduo, os

docentes do *campus* Pádua devem orientar os alunos, nos horários de atendimento docente, para que eles consigam desenvolver esta atividade no ambiente escolar.

- Relatórios de Práticas – a partir das práticas relacionadas com as Atividades de Aprofundamento e as frentes de trabalho proporcionadas pelas Atividades de Projeto, são elaborados relatórios técnicos. Estes, refletem o desenvolvimento das pesquisas práticas executadas.
- Atividades de Projeto – ao final de cada atividade e/ou frente de trabalho, o educando é avaliado através do seu comprometimento em cumprir a tarefa proposta, da análise do produto final proposto e/ou do relatório da execução de sua função na frente estabelecida.
- Pesquisa – o ato de pesquisar reflete o compromisso do educando de ir além do proposto nas atividades de aprofundamento. Novos conceitos, métodos e aplicações podem ser apresentados pelos alunos utilizando esse instrumento.
- Assiduidade, Pontualidade e Participação – são critérios que refletem a participação nas atividades de aprofundamento e de projeto. Espera-se do educando uma postura ativa na aquisição do conhecimento.

Os instrumentos supracitados podem ser articulados com outras estratégias de verificação da aprendizagem. O educador deve, sempre que possível, utilizar essas ferramentas de forma coletiva com os demais educadores, permitindo uma integração de saberes.

Visando a realização do planejamento quantitativo das avaliações, a equipe docente deve realizar, no mínimo, uma reunião por área do conhecimento a cada mês. Este momento também é propício para identificação de possíveis articulações de conteúdos nas avaliações, quando mais uma vez, fomenta-se a prática integradora.

Na prática pedagógica do *campus* Pádua não há sobreposição de pesos nas ferramentas de avaliação, entende-se, assim, que as estratégias de verificação da aprendizagem possuem a mesma importância no diagnóstico.

O conceito final de cada trimestre é uma construção coletiva da área do conhecimento, logo, os conceitos atribuídos em cada atividade avaliativa ao longo do trimestre não serão, necessariamente, o conceito final da área do conhecimento. Isto, pelo fato de serem considerados também para a construção do conceito final do trimestre todos os critérios que refletem a participação nas atividades de aprofundamento e de projeto explícitos neste documento, juntamente

com as atividades avaliativas realizadas, por meio dos instrumentos também citados neste documento.

Por fim, não utilizamos notas na sua concepção clássica, pois a utilização de conceitos especificados por letras (A, B ou C) nos permite uma maior margem para reconhecermos nossa subjetividade enquanto docente e área, assim como identificar e valorizar a subjetividade do aluno no processo de aprendizagem, buscando, dessa forma, diagnosticar e incluir.

Quanto a este último ponto, esclarecemos que a letra que designa o conceito só tem sentido e valor quando analisada à luz do relatório individualizado do aluno que a acompanha, já que ambos se definem e se completam. Desta forma, entendemos que as particularidades de cada educando podem ser plenamente consideradas, sendo a avaliação um processo formativo.

17.2 Registro da Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do *campus* Santo Antônio de Pádua é diagnóstico-formativa, pois permite um maior diálogo entre educando, educador, responsáveis dos discentes e comunidade escolar. O registro da avaliação é realizado através da elaboração de relatório trimestral, por área do conhecimento, corroborando, assim, a proposta de utilizar o processo avaliativo de diagnosticar e não de classificar o aluno.

O conceito é atribuído trimestralmente de acordo com o desenvolvimento do aluno diante dos diversos instrumentos avaliativos por área. O conceito apresentado ao fim do ano letivo representa o nível de alcance dos objetivos pelo aluno ao longo de todo o ano e não uma média dos conceitos trimestrais. Para fins de sistema acadêmico, haverá uma lacuna para que seja registrado o conceito em cada trimestre. Porém, é reconhecido pelo referido sistema, para fins de aprovação e reprovação, apenas a lacuna do último trimestre, pois esta representa o conceito final.

Podemos afirmar que não há uma ordem direta fixada que determine, por si só, que o educando esteja habilitado para prosseguir para a próxima série, mas sim, este prosseguimento será decidido exclusivamente pelo conselho de classe. Logo, reforçamos com esta prática que o importante é o desenvolvimento integral do educando, através dos diversos instrumentos avaliativos e baseados nos variados critérios de avaliação. Dessa forma, o educando irá aprender desde o início do processo de ensino e aprendizagem no *campus* Santo Antônio de Pádua que sua avaliação é um processo dinâmico, contínuo e reflexivo.

Serão atribuídos os conceitos A, B e C. Assim caracterizados:

Conceito A: Relativo ao amplo alcance dos objetivos referentes dos instrumentos avaliativos propostos.

Conceito B: Relativo ao alcance parcial dos objetivos referentes dos instrumentos avaliativos propostos.

Conceito C: Relativo ao alcance insatisfatório dos objetivos referentes dos instrumentos avaliativos propostos.

O principal no relatório não é o conceito em si, mas as descrições de cada área, que também levam em conta a assiduidade, pontualidade e comprometimento do aluno com as atividades do projeto e de aprofundamento. A recuperação da aprendizagem referente aos objetivos que não foram alcançados é realizada ao longo de todo o ano.

O conceito final C, alcançado pelo estudante em alguma das áreas do conhecimento, determinará a sua não progressão para a série seguinte, a saber que os conceitos são construídos a partir da análise coletiva de todo o processo de aprendizagem construído pelo aluno.

A elaboração do esboço do relatório de avaliação do estudante é confeccionada pelos docentes durante o trimestre. Durante a Semana Diagnóstico, ao fim do trimestre letivo, são realizadas reuniões entre os docentes das respectivas áreas para discussão do desempenho dos estudantes e finalização dos relatórios por área do conhecimento. Nos dias definidos para esta atividade, há atividades educativas diversas destinadas à participação dos estudantes.

Deve ficar explícito no parecer do relatório de avaliação do 3º trimestre a condição geral de aprendizagem do discente durante o ano letivo e a deliberação quanto a sua progressão para série seguinte. Os docentes podem solicitar auxílio da equipe multiprofissional para fundamentar a avaliação diagnóstico-formativa.

Ressalta-se que em caso de transferência escolar do discente, a Instituição Escolar de destino é a responsável pela transformação qualitativa do relatório em quantitativa, quando for o caso. Tal entendimento tem embasamento legal no parecer 851/2000², do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, porém o *campus* Santo Antônio de Pádua se coloca à disposição para auxiliar a escola de destino do estudante, para que essa transformação reflita o real desenvolvimento do aluno na Instituição de origem.

² Parecer 851/2000 MP/RS. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id3151.htm>.> Acesso em 01/04/2015.

Vale ressaltar que os cursos técnicos concomitantes do *campus* Santo Antônio de Pádua, não necessariamente, seguirão as diretrizes relativas a matrizes curriculares e ao registro de avaliações citados no decorrer deste PPP.

17.3 Recuperação da Aprendizagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, trata no art. 24 das regras comuns da organização da Educação Básica, mostra os critérios de verificação do rendimento escolar e assegura a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.

Dessa forma, no *campus* Santo Antônio de Pádua, o processo de recuperação, incluindo os estudos de recuperação e a avaliação desses estudos ocorrem de forma contínua e simultânea ao período letivo, por meio de instrumentos e atividades que possibilitam ao aluno a recuperação de conteúdos nas suas três dimensões: conteúdos conceituais (saber conhecer), conteúdos procedimentais (saber fazer) e conteúdos atitudinais (saber ser).

Esse processo contínuo de recuperação pode acontecer também por meio de estudos no horário de atendimento docente e da formação de grupos de estudo. O primeiro procedimento consiste em um horário que os docentes disponibilizam semanalmente, além do horário de aulas, para atendimento individual ou coletivo dos alunos.

Nesse momento de atendimento docente, o aluno tem a oportunidade de apresentar ao professor suas dúvidas quanto aos conteúdos e receber orientações quanto aos procedimentos de estudo e à realização das atividades. A formação de grupos de estudos visa a fomentar nos estudantes a busca da autonomia e da ajuda mútua para rever os conteúdos abordados nos horários de aprofundamento e buscar formas efetivas para aperfeiçoar suas habilidades de estudo.

Além desses momentos de recuperação de conteúdos, deverão ser oportunizadas também atividades de recuperação por meio dos instrumentos avaliativos previstos neste PPP, sendo possível utilizar instrumento avaliativo diverso do qual o aluno não respondeu, positivamente, os objetivos propostos.

Nessa perspectiva de avaliação emancipatória, não haverá recuperação final, visto que essa prática é pontual, o que impossibilita uma recuperação contínua da aprendizagem. Destaca-se também que, nessa proposta de integração entre as áreas e na metodologia de problematização, não é coerente a promoção parcial (dependência), por isso não é utilizada no *campus* Santo Antônio de Pádua.

18 ASSISTÊNCIA AOS ALUNOS DO *CAMPUS* SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense é parte de um esforço coletivo empreendido na perspectiva da construção da Política de Apoio à Formação Integral do Estudante. Entende-se, pois, como Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense o conjunto de ações, serviços e projetos que visa possibilitar a democratização das condições de acesso, permanência e conclusão de curso pela minimização dos efeitos e impactos da desigualdade social estrutural na vida dos estudantes e suas famílias.

O *campus* Santo Antônio de Pádua busca também atender a legislação vigente, mais especificamente, voltada para as pessoas com deficiência, pois é dever desta instituição criar as possibilidades para que todos os alunos, com as diversas especificidades tenham condições de desenvolver as potencialidades. Neste contexto, o IFFluminense vem adotando ações que visam atender às legislações e orientações a fim de garantir igualdade de oportunidades (acesso, permanência e êxito) dos alunos com deficiência, rompendo com a situação de exclusão vigente ao longo de anos em muitas escolas no país.

Dessa forma, o *campus* Pádua tem como objetivos, promover um ensino de qualidade através da melhoria dos índices dos resultados da avaliação, sejam advindas de alunos portadores de deficiência ou qualquer tipo de especificidade relativo ao desenvolvimento do discente; promover reuniões pedagógicas e ações de acompanhamento junto aos professores que trabalham diretamente com os alunos; sensibilizar toda a comunidade escolar para aceitação das diferenças e da diversidade; acompanhar e assessorar a flexibilização curricular realizada pelos professores sob orientação do Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), que está em processo de implementação no campus; envolver a família no atendimento às necessidades dos alunos e promover orientação aos responsáveis.

O *campus* Pádua, por meio do processo de estruturação, tanto de pessoal quanto de material referente ao NAPNEE, buscará ser dotado de mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos.

O *campus* Pádua já conta com integrantes na Comissão de Processo Seletivo Acessível, realizando as entrevistas para avaliar a necessidade de atendimento educacional diferenciado para candidatos e possíveis alunos do *campus* no dia da realização da prova. Esta é uma etapa inicial que prevê oportunidades e igualdade de acesso. Alguns recursos são disponibilizados para realização da

prova do processo seletivo, a partir da análise da equipe avaliadora que estuda cada caso.

O *campus* Santo Antônio de Pádua possui uma equipe multiprofissional composta pelos seguintes profissionais: Tradutora e Intérprete de LIBRAS; Assistente Social; Pedagogo; Técnico em Assuntos Educacionais; Nutricionista; Técnico de Enfermagem; Auxiliar de Enfermagem e Assistente de Aluno.

Portanto, é preciso que a escola ao trabalhar com o aluno que apresenta algum tipo de dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, seja de qualquer natureza, planeje intervenções pedagógicas, diversificando as situações de aprendizagem para adaptar as especificidades dos alunos, desafiando e motivando constantemente a capacidade dos discentes.

Além disso, é preciso propor situações desafiadoras e motivadoras para estimular o pensamento e a capacidade cognitiva. É preciso que a escola desenvolva uma Proposta Pedagógica inclusiva, que atenda toda a diversidade.

19 ESPAÇO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura foi criado com o intuito de integrar nossa proposta de uma educação politécnica. Ele pretende superar os limites disciplinares e a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, refletindo as nossas concepções e objetivos educacionais.

Tradicionalmente, os laboratórios são pensados em termos exclusivamente disciplinares: química, física, biologia, matemática e disciplinas técnicas, cada qual com o seu espaço delimitado. Vale ressaltar que as Ciências Humanas e suas Tecnologias não costumam ser contempladas com laboratórios.

Além disso, em um laboratório tradicional, independente da disciplina, a prática dos alunos acontece, de modo geral, de maneira exclusivamente reprodutiva, replicando experimentos prontos que terminam por não estimular o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo do aluno.

Na busca pela construção do conhecimento que tenha como um dos eixos a postura ativa dos alunos, o Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura deve possuir como horizonte a interdisciplinaridade e, principalmente, a transdisciplinaridade. Ou seja, de maneira coerente com a nossa concepção politécnica de educação, pretendemos transcender os limites disciplinares dos tradicionais laboratórios e materializar nossa concepção de indissociabilidade entre Ciência, Tecnologia e Cultura.

Assim, construímos em nosso *campus* um espaço, e não um laboratório em padrões

tradicionais, fortalecendo a perspectiva politécnica e o aluno como protagonista na construção do conhecimento. Com esse espaço, buscamos, acima de tudo, um lugar que permita aos educandos explorar de modo livre e criativo suas capacidades de ler e interpretar a cultura e transformar o mundo através do seu trabalho, construindo instrumentos para que se tornem, cada vez mais, atores na construção de sua identidade local e regional.

Figura 4: Trabalho, Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: Elaboração dos autores

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura vem em consonância com as diretrizes do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua, no que se refere à interrelação entre ensino, pesquisa e extensão; a pesquisa como consolidação da ciência; e o desenvolvimento e a potencialização da pesquisa.

Entendemos a ciência como um estudo através do método científico, e a tecnologia como o instrumento de utilização da ciência na geração do trabalho. Aliado a isso, entendemos que pensar a cultura na escola é oferecer aos alunos oportunidades de conhecimentos que vão para além das competências científicas e tecnológicas comumente oferecidas.

Dito de outro modo, trabalhar a cultura em diálogo com a ciência e a tecnologia, em um viés ligado ao trabalho e à educação profissional, reflete uma proposta educacional que busca contemplar os alunos de forma omnilateral, atentos aos diversos matizes que nos formam enquanto

sujeitos individuais e cidadãos de uma coletividade.

Tal concepção nos permitirá tratar de modo indissociável o trabalho, o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo todos esses eixos no mesmo patamar e interligados.

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura será, desse modo, um ambiente de produção de conhecimentos pela pesquisa, com subsídios favoráveis ao trabalho e, ao mesmo tempo, propondo uma nova dinâmica aos currículos de ensino.

Por conta disso, pensamos este espaço como um ambiente de experiências para a criação de diversas formas de expressões culturais, científicas e tecnológicas por parte dos nossos alunos. Esperamos, com isso, que novas formas de pensar os problemas e responder aos desafios profissionais sejam estimuladas, contribuindo para a formação de trabalhadores mais criativos e para a construção de um mundo mais justo.

O arranjo físico Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura pode ser considerado como um dos fatores de maior influência na preservação da saúde de seus usuários. É ele que irá determinar a organização e localização de equipamentos e locais destinados à realização de práticas laboratoriais.

O Espaço de Ciência, Tecnologia e Cultura do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua tem uma área de 581,18 m² e integra os laboratórios de Ciências da Natureza, os laboratórios dos eixos tecnológicos e o laboratório de desenvolvimento cultural.

20 TRANSFERÊNCIA INTERNA DE EIXO TECNOLÓGICO

Por transferência interna entende-se a mudança da escolha de eixo tecnológico, ofertados no âmbito do *campus* Santo Antônio de Pádua, a ser cursado.

O *campus* Santo Antônio de Pádua poderá conceder transferência interna de eixo tecnológico aos estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade regular de ensino mediante o atendimento às disposições constantes neste documento e os prazos fixados pelo Calendário Acadêmico. Sendo assim, a transferência poderá ser concedida após o aluno ingressar na 2^a série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, quando este já realizou a escolha do eixo tecnológico ao final do ano letivo anterior, ou seja, ao final do 1^o ano do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

O requerimento de transferência interna de eixo tecnológico deve ser efetuado pelo aluno no registro acadêmico do *campus* Santo Antônio de Pádua, devidamente justificado e instruído com a cópia da matriz curricular e cópia do plano de ensino do componente curricular do eixo tecnológico de origem. Caso o aluno seja absolutamente incapaz ou relativamente incapaz, o requerimento

deverá ser efetuado pelo seu representante legal. O período para o requerimento de transferência interna de eixo tecnológico é fixado, no máximo, em 10 dias úteis após o início do ano letivo.

O requerimento de transferência de eixo tecnológico será encaminhado para a Coordenação do Curso Técnico pretendido pelo aluno, que deverá indicar uma comissão composta por pedagogo e professores vinculados ao eixo tecnológico pretendido. A referida comissão analisará o desempenho acadêmico do aluno solicitante através do histórico escolar, participação nas atividades de projeto indicadas pelo eixo tecnológico pretendido e será arguido durante uma entrevista presencial.

Após o recebimento do requerimento de transferência interna de eixo tecnológico, a Coordenação de Curso Técnico possui, no máximo, 5 dias úteis para emitir parecer indicando o deferimento ou o indeferimento do pedido.

21 INFRAESTRUTURA

O *campus* Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense está localizado em uma área de expansão do município, sendo um dos principais instrumentos de desenvolvimento da região em que se encontra. Sua estrutura está instalada em um terreno de 31.000 m², constituída por um bloco principal com dois pavimentos e dois anexos.

O bloco principal é dividido em espaços pedagógicos e administrativos. No primeiro pavimento há nove salas administrativas com estrutura organizacional integrada, de forma que mais de um setor esteja estruturado no mesmo ambiente, visando o desenvolvimento de um trabalho integrado entre ensino, gestão, pesquisa e extensão; uma sala de professores destinada ao estudo e planejamento docente no ambiente de trabalho; uma sala com gabinetes destinados às Coordenações de Curso, CPPD, CELIFF e PRONATEC, uma sala de reuniões climatizada e com equipamentos próprios para realização de videoconferência; uma sala para direção geral; dois laboratórios de informática climatizados, com um total de 48 computadores, acesso à internet e disponibilização de softwares como AutoCAD.

Ainda no primeiro pavimento a estrutura conta com a sala do grêmio estudantil que é um espaço para que este possa desempenhar suas atribuições enquanto representantes dos alunos, com disponibilização de mobiliário e equipamentos como computador e impressora; reprografia para atender a demanda de alunos e servidores quanto à realização de fotocópias; enfermaria que está sendo estruturada com equipamentos próprios; sanitários feminino e masculino; refeitório; área de

convivência coberta com mesa de ping pong para entretenimento, área de convivência descoberta e área verde; sala multiuso destinado para o momento de descanso do servidor.

E cumprindo um dos objetivos dos Institutos Federais, de proporcionar meios de diálogo com a comunidade externa, o *campus* disponibiliza em sua entrada um auditório climatizado com capacidade para 170 pessoas sentadas e biblioteca escolar com acervo de 1.050 obras dentre eles técnicos, literários e didáticos que estão disponíveis para consulta e empréstimo conforme regulamento da biblioteca. O ambiente conta com cabines individuais de estudo, cabines com computadores para pesquisa, espaço para estudo em grupo e oferece serviço de referência. A biblioteca atende a comunidade acadêmica e externa de segunda a sexta-feira das 8h às 21h.

No segundo pavimento, há doze salas de aulas, todas climatizadas. Elas possuem lousa branca e comportam 35 carteiras de estudantes. Neste pavimento há sanitário masculino e feminino.

O *campus* possui em sua estrutura o anexo da quadra poliesportiva, ambiente coberto onde há sanitários e vestiários femininos e masculinos.

A edificação do *campus* desfruta de acessibilidade através de rampa e barras de apoio nos sanitários, estando adequados para uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; conta também com um teatro de arena para o desenvolvimento de atividades culturais e com dois estacionamentos para veículos de servidores e alunos.

21 CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste PPP serão sanados pela Direção de Ensino, junto a Direção-Geral e, no que for necessário, às demais diretorias/coordenações do organograma do *campus* Santo Antônio de Pádua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 261/2006**. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):** ciências da natureza e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas:** diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface – Comunic, Saúde, Educ, 1998.

CASTIONI, Remi. O papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local. IN: CASTIONI, R. SOUZA, E. C. L. (Orgs.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 45-55.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológico (CONIF). **Extensão Tecnológica:** rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

COSTA, Luciana Machado da. **Noroeste Fluminense:** integração, diferenciação e fragmentação. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ. 2012.

CRUZ, José Luis Viana. **Fragmentação, Seletividade e Exclusão:** impactos dos novos GPIs no Norte do ERJ. XIII ENA (ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR). 2009

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** Princípio científico e educativo. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 180, 1989.

ESTEBAN, M. T. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T.(Orgs.). **Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas**. 5. Ed. Porto Alegre; Mediação, 2006. P. 86.

FERRARI, G.V. A Importância do Coletivo na Construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.35, n.132, p.159-170, 2011.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/1994.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gêneros de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade:** história e cotidiano. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 108-123.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 20 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; VIDOR, Alexandre Martins. A questão da territorialidade na criação dos institutos federais. In: SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org). **Institutos Federais - Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e reflexões.** Natal: Editora IFRN, 2009. p. 35-36.

PINTO, A. C. **Psicologia Geral.** Lisboa: Universidade Aberta. n. 227.340 p. 2001.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, n.1, p. 131-52, 2003.

SILVA, J. F. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SILVA, J. M. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola.** Campinas: Papirus, 1996.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Pádua,** 2013.

VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. ed. Papirus, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na Escola e a questão das representações Sociais.** Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 4, n. 2, 2002, p. 79-88.